No início da década de 80, bem antes de ser eleito vereador, Roberto Tripoli já havia fundado ONGs que defendem os direitos dos animais, lutava contra a caça e a captura de baleias, contra qualquer tipo de maus-tratos a animais. Ele é a favor da vida.

Em 1988, ele trouxe da Alemanha um dossiê sobre tráfico internacional de animais originários da fauna brasileira. Entregou-o à Polícia Federal e conseguiu desmantelar uma grande quadrilha de traficantes. No ano seguinte, Tripoli e Fernando Gabeira lideraram um movimento em que ambientalistas invadem a Assembléia Legislativa do Estado fantasiados de animais. A proposta visava chamar a atenção da opinião pública para garantir a proibição da caça e outros importantes direitos dos animais na Constituição de São Paulo.

Em 1992, lança o ECOMÓVEL, um jipe com equipamentos e assessoria para conscientizar a população sobre a necessidade de preservar a fauna silvestre e respeitar os animais domésticos. Incansável, ele luta contra a farra do boi, rodeios, exibição de animais em circos, manutenção inadequada de exóticos em zoológicos. Luta contra a legalização da caça, uso de animais em experimentos, touradas no Brasil, extermínio em massa no Centro de Controle de Zoonoses, enfim, contra todo tipo de abuso cometido pelos humanos em relação aos animais.

Em 1995, o vereador Tripoli aprova a lei que oficializa a implantação do Centro de Triagem e do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, ligado à Divisão de Fauna do Município. Graças a este trabalho, cerca de 27 mil animais silvestres já foram atendidos, e 13 mil deles conseguiram voltar aos seus habitats. Ainda em defesa da fauna silvestre, liderou o movimento que culminou na implantação do Programa Estadual de Proteção à Fauna Silvestre do Estado de São Paulo, em 1999. Esse programa previa a construção de 18 Centros de Manejo de Animais Silvestres. O primeiro CEMAS, de referência, com hospital, viveiros, departamento de pesquisa e estudos, foi inaugurado em 2002, no Horto Florestal.

Para os animais domésticos, Tripoli criou, em 1997, a Lei do Controle Reprodutivo e, em 2001, a Lei da Propriedade Responsável de Cães e Gatos, revolucionando o tratamento e a convivência entre humanos e seus animais na maior cidade do País.

Graças a esta lei, São Paulo já tem 500 mil animais registrados; 173 mil cães e gatos foram esterilizados, evitando o nascimento de mais de 3 milhões de filhotes. E propriedade responsável agora se aprende em escolas, tornando nossos jovens mais conscientes e

humanizados. A Lei Tripoli ainda é pioneira ao tipificar maus-tratos contra cães e gatos.

Outra lei fundamental de Tripoli para os animais é a lei 11.887/05 que proíbe a circulação de carroças e grandes animais em vias calçadas e asfaltadas da cidade – uma lei pioneira e bastante corajosa, que visa combater os maus-tratos de cavalos e bois e, também, coibir o trabalho infantil em carroças.

E em 2007, Tripoli aprovou a Lei do Comércio de Cães e Gatos, atendendo uma antiga reivindicação da proteção animal, pois a criação e venda indiscriminada de cães e gatos vêm contribuindo para o aumento do abandono e dos maus-tratos desses animais, além de causar prejuízos à saúde pública.